

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO E ECONOMIA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

CAMILA ZAPTE DA SILVA

**Uma análise do conselho municipal de saúde no município da Lapa – PR  
entre os anos de 2018 e 2019**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA - PR

2020

CAMILA ZAPTE DA SILVA

**Uma análise do conselho municipal de saúde no município da Lapa – PR  
entre os anos de 2018 e 2019**

Monografia de Especialização apresentada ao Departamento Acadêmico de Gestão e Economia, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de “Especialista em Gestão Pública Municipal.”

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr. Ricardo Lobato Torres

CURITIBA - PR

2020

# TERMO DE APROVAÇÃO



Ministério da Educação  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Gestão Pública Municipal



**Uma análise do conselho municipal de saúde no município da Lapa ? PR entre os anos de 2018 e 2019**

por

**CAMILA ZAPTE DA SILVA**

Esta monografia foi apresentada às 19:00 do 29 de setembro de 2020 como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal** – Polo de Lapa - PR, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Curitiba. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho **APROVADO**

RICARDO LOBATO TORRES

Giovanna Pezarico

leonardo tonon

a autenticidade deste documento pode ser verificada através da URL:  
<http://certificados.utfpr.edu.br/validar/DD23863A>

Dedico o presente trabalho ao meu querido irmão Ed Carlos e minha cunhada Cristina Sarturi pelo incentivo e apoio na conclusão do curso.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pela dádiva da vida, ao orientador Professor Dr. Ricardo Lobato Torres que orientou e ajudou para a conclusão desse trabalho. Ao meu irmão Ed Carlos e cunhada Cristina Sarturi que não mediram esforços para incentivar no desenvolvimento e conclusão do trabalho. A Professora Doutora Maria Lúcia Figueiredo Gomes de Meza pelas orientações em vídeo aulas e também a toda equipe do Polo UAB da minha cidade da Lapa. A amiga e conselheira Simara Bitencourt que ajudou no entendimento do Conselho Municipal de Saúde da Lapa e indicações sobre os documentos existentes.

Gratidão.

## RESUMO

**SILVA, Camila Zapte da. Uma análise do conselho municipal de saúde no município da Lapa – PR entre os anos de 2018 e 2019.** 2020. f. 33. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Departamento Acadêmico de Gestão e Economia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Curitiba - PR, 2020.

A partir da publicação da Constituição de 1988, da implantação do SUS, dos surgimentos dos conselhos e das informações do Ministério da Saúde, no qual ocorreu uma participação ativa da sociedade nas decisões nas três esferas governamentais, esta monografia tratou sobre a análise do funcionamento do Conselho Municipal de Saúde do município da Lapa, no estado do Paraná, durante o período dos anos de 2018 e 2019. Foi possível descrever os objetivos dos conselhos municipais de saúde; descrever a atual composição e o funcionamento do conselho municipal de saúde da Lapa e comparar os itens do regimento do município com a atuação dos conselheiros descritos nas atas. Neste sentido, foi realizada a leitura das atas das reuniões, verificado a composição do conselho municipal, com seus propósitos, disposições, atribuições e competências, composição/estrutura/organização contidas no Regimento Interno Municipal e a atuação dos conselheiros. Nesta perspectiva, foi utilizada a pesquisa bibliográfica no referencial teórico e na metodologia, na busca de artigos relacionados à saúde da sociedade através dos órgãos competentes na rede pública destinada à saúde, à pesquisa eletrônica e documental no aproveitamento e organização de dados das atas das reuniões e a pesquisa descritiva na análise e comparação das informações registradas em atas da atuação dos conselheiros do município com o seu Regimento Interno. Nesta circunstância, a pesquisa demonstrou que na grande maioria das atribuições e competências que constam no Regimento os conselheiros estão cumprindo e executando as funções para o funcionamento do conselho. Porém, a principal que ainda não é exercida é o amplo conhecimento dos integrantes na área da saúde, e para isso é preciso que haja capacitação para esses conselheiros. Neste contexto, nota-se que o conselho municipal tem grande importância nas decisões que envolvem a área de saúde do município e precisam do apoio e da participação da sociedade.

**Palavras-chave:** Conselho Municipal de Saúde, Sistema Único de Saúde, Regimento Interno, saúde pública no município do Paraná.

## ABSTRACT

**SILVA, Camila Zapte da. An analysis of the municipal health Council in the municipality of Lapa - PR between the years 2018 and 2019.** 2020. f. 33. Monograph (Specialization in Municipal Public Management) - Academic Department of Management and Economics, Federal Technological University of the Paraná - UTFPR. Curitiba - PR, 2020.

From the publication of the 1988 Constitution, the implementation of the SUS, the emergence of the councils and information from the Ministry of Health, in which there was an active participation of society in the decisions in the three governmental spheres, this monograph dealt with the analysis of the functioning of the Municipal Health Council of the municipality of Lapa, in the state of Paraná, during the years 2018 and 2019. It was possible to describe the objectives of the municipal health councils; describe the current composition and functioning of the municipal health council of Lapa and compare the items of the municipality's by-laws with the performance of the councilors described in the minutes. In this sense, the minutes of the meetings were read, and the composition of the municipal council was verified, with its purposes, dispositions, attributions and competencies, composition/structure/organization contained in the Internal Municipal Regulation and the performance of the councilors. In this perspective, it was used the bibliographic research in the theoretical reference and methodology, in the search of articles related to the society's health through the competent organs in the public network destined to health, the electronic and documentary research in the use and organization of data from the minutes of the meetings and the descriptive research in the analysis and comparison of the information registered in the minutes of the council members' performance with their Internal Regulations. In this circumstance, the research has shown that in the great majority of the attributions and competences that are included in the Regulation, the councilors are fulfilling and executing the functions for the functioning of the council. However, the main one that is not exercised yet is the broad knowledge of the members in the health area, and for that, it is necessary to provide training to these councilors. In this context, it is worth mentioning that the municipal council has great importance in decisions involving the municipality's health area, and need the support and participation of the society.

**Keywords:** Municipal Health Council, Unified Health System, Internal Regulations, public health in the municipality of Paraná.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>CMS</b>	Conselho Municipal de Saúde
<b>FMS</b>	Fundação Municipal de Saúde
<b>LDO</b>	Lei de Diretrizes Orçamentárias
<b>LOA</b>	Lei Orçamentária Anual
<b>PPA</b>	Plano Plurianual
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde
<b>UAB</b>	Universidade Aberta do Brasil



## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	9
1.1 Problema .....	10
1.2 Justificativa .....	10
1.3 Objetivos .....	11
1.4 Estrutura da Monografia .....	11
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	12
2.1 Conselhos Municipais de Saúde .....	14
2.2 Conselho Municipal da Lapa .....	16
3. METODOLOGIA .....	18
3.1 Caracterização da pesquisa .....	19
3.2 Procedimentos da pesquisa .....	19
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	20
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	28
REFERÊNCIAS .....	29

## 1. INTRODUÇÃO

A partir da década de 1980, o Brasil em sua 7ª Constituição, conhecida como a Constituição Cidadã ou Constituição de 1988, teve sua criação com o intuito da redemocratização, em que a sociedade tinha direitos e os municípios tinham um reconhecimento e ganhos significativos, através de recursos financeiros, e também a autonomia, igualando a União e os Estados. Porém, foi um desafio para o movimento de reconstrução institucional pela falta de planejamento. Já nos anos 90 os municípios, através do governo federal, foram intitulados na prestação de serviços universais de saúde. (SALLES, 2014). Dessa forma a participação cidadã, representou ações em que o cidadão exercia processos entre o Estado e o mercado, com reivindicações e controle, através de atitudes resolutivas feitas através da dimensão da democracia deliberativa e democracia participativa, onde a sociedade tinha força com perspicácia na apresentação de problemas e também na solução dos mesmos. (BORTOLI; KOVALESKI, 2019).

Foi através das políticas públicas que ocorreu o ajuste, o aperfeiçoamento dos procedimentos direcionados à saúde na área governamental, conforme o interesse e participação da sociedade, dessa forma, foi possível disponibilizar a universalidade e isenção nos serviços gratuitos.

Conforme o artigo 196 da Constituição cita a saúde como um direito de todos e dever do Estado, dando garantia a população mediante políticas sociais e econômicas, às quais visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Tudo isso através dos conselhos municipais de saúde, criado pela Lei nº 8.142/90, cujo a sociedade participa na fiscalização dos serviços prestados pelo Estado através do SUS que disponibiliza a população serviços universais e gratuitos, e também nas decisões que o poder público efetua através de recursos recebidos pelo governo federal. O conselho municipal de saúde é um órgão deliberativo com representação do governo, prestadores de serviços, profissionais de saúde e das pessoas que utilizam a saúde pública, e está disposto de uma forma geral na seguinte proporção: 50% pessoas da sociedade, 25% profissionais da saúde e outros 25% gestores e prestadores de serviços (TCU, 2010), devem reunir-se mensalmente e registrar em atas as decisões que estiverem na pauta e também a cada três

meses fazer a prestação de contas. É através das reuniões do conselho que o órgão público consegue finalizar o Plano Municipal de Saúde e o Plano Plurianual.

A grande dificuldade dos conselheiros é obter a participação dos integrantes nas reuniões e também o pouco conhecimento que eles possuem, acarretando ao desconhecimento das decisões que precisam ser aprovadas. Isso, infelizmente, ocorre em várias cidades, porém mesmo com as dificuldades que os membros do conselho encontram, é importante valorizar o trabalho realizado. (FROTA; SILVA, 2015).

Dessa forma, o presente trabalho tem por objetivo fazer uma análise do Conselho Municipal de saúde do município da Lapa – PR, criado pela lei nº 1070, em 06 de março de 1991, no qual uma de suas atribuições é elaborar propostas de acordo com a necessidade das pessoas, seguindo as diretrizes do SUS e também verificar se cumprem as atribuições que o Regimento Interno estabelece.

## **1.1 Problema**

Após as investigações nos materiais que abordam informações sobre a saúde como um direito para todos e o papel fundamental que os conselhos municipais de saúde exercem nas decisões da parte governamental, esse trabalho visa à seguinte questão:

Como é a atuação dos conselheiros no município da Lapa - PR?

Nesse sentido a pesquisa buscou verificar a participação de uma forma geral da sociedade nas decisões, no acompanhamento e fiscalização dos documentos e análises das contas dos órgãos municipais e também sobre a importância que o conselho exerce perante à comunidade.

Com o objetivo de analisar os documentos disponíveis da atuação do conselho do município da Lapa, através da comparação com as atribuições do Regimento Interno e por fim verificar quais as contribuições do presente trabalho para o melhor funcionamento das reuniões dos conselheiros da cidade da Lapa, que faz parte da região metropolitana de Curitiba.

## **1.2 Justificativa**

A importância de estudar o Conselho Municipal de saúde da Lapa – PR justifica pelo fato de saber qual é sua participação nas decisões perante aos órgãos públicos, o que ele fiscaliza, analisa e com isso o que irá contribuir para a saúde da sociedade, fazer uma análise do atual conselho, o que pode ser melhorado com os conhecimentos adquiridos,

também analisar as atribuições que consta no regimento se estão sendo cumpridas, quais as dificuldades encontradas nas reuniões.

Com isso, será possível analisar o que interfere para a saúde da população lapeana e também verificar a importância de ter um conselho para as formulações das políticas públicas e suas contribuições para o município.

### **1.3 Objetivos**

O objetivo geral é: analisar o funcionamento do conselho municipal de saúde da Lapa, com os seguintes objetivos específicos:

- descrever os objetivos dos conselhos municipais de saúde;
- descrever a atual composição e o funcionamento do Conselho Municipal de saúde da Lapa;
- Comparar os itens do regimento do município com a atuação dos conselheiros descritos nas atas.

### **1.4 Estrutura da Monografia**

Nesse trabalho será apresentada, além desta introdução, a fundamentação teórica, no capítulo 2, descrevendo a saúde e a política pública, o que é um Conselho Municipal de Saúde de forma geral, e por fim o conselho municipal de saúde do município da Lapa. No capítulo 3, será explicada a metodologia da pesquisa realizada, através da pesquisa bibliográfica e análise dos documentos disponíveis no portal de transparência da Prefeitura Municipal da Lapa. Os documentos analisados foram as atas das reuniões dos conselheiros. No capítulo 4 faz-se a apresentação dos resultados com a comparação das informações levantadas. Por fim, o quinto e último capítulo apresenta as considerações finais.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Iniciaremos os estudos através da definição sobre a política, onde o Estado exerce forças para atuar e a sociedade usufrui para construção de algum objetivo ou para amenizar os conflitos gerados, também podemos analisar a definição da autora sobre a sociedade, sendo pessoas com poderes distintos que buscam participar e agradar seus desejos de poderes. (RUA, 2014). Nesse sentido, conforme citação “participação social como um espaço em construção para a conquista da cidadania.” (ASSIS; KANTORSKI; TAVARES, 1995, p. 2). Percebe-se que existe a necessidade do conjunto de trabalho entre o governo e a participação da sociedade nas decisões, seja através do interesse de representar a sociedade como um todo por meio das reuniões, análise de relatórios e documentos. O engajamento da sociedade nos processos decisórios do governo faz com que elas estejam em busca de benefícios do bem comum, priorizando suas necessidades. (ROCHA; MOREIRA; JÚNIOR, 2019).

Segundo a definição de política no dicionário(DICIONÁRIO, 2003): “ciência ou arte de governar, orientação administrativa de um governo”, ou (DICIONÁRIO *ON LINE*, 2009)“Ciência do governo dos povos”, percebe que a política precisa de pessoas que representem o povo, sejam capazes de governar, tenham o objetivo em exercer melhorias para a cidadania, e são escolhidas dentro de uma sociedade. Nesse caso precisa do comprometimento e disponibilidade dessas pessoas, mostrando seu interesse na busca de melhorias, seja para o seu estado ou município, que representem e debatam sobre os assuntos e busquem novos conhecimentos sobre os assuntos relacionados.

Definição de política pública para Rua (2014, p.19),“são uma das resultantes da atividade política (politics): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos.” Já na definição trazida por Lucchese (2004, p. 3) “conjuntos de disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do Estado e regulam as atividades governamentais relacionadas às tarefas de interesse público” Lucchese argumenta ainda que também possam ser definidas “como todas as ações do governo, divididas em atividades diretas de produção de serviços pelo próprio Estado e em atividades de regulação de outros agentes econômicos.”(LUCCHESI et al., 2004, p. 3). Nessas definições percebe-se que as pessoas precisam saber governar e administrar os bens públicos, devido essa descentralização. A política pública não é somente uma decisão e sim as ações governamentais necessárias para colocá-las em prática, seja através da ação padronizada dos líderes. Nesse sentido a política

pública ligada com a saúde assimila benefícios e a criação de atividades nas repartições públicas, promovendo direitos e deveres à sociedade. Porém, ela só gerará resultados se a sociedade estiver atenta nos procedimentos e mensurar os resultados através do acesso as ações elaboradas.

Nesta perspectiva podemos analisar que o Sistema Único de Saúde faz parte de uma política pública. Para o Ministério da Saúde o SUS – Sistema Único de Saúde, “é formado pelo conjunto de todas as ações e serviços de saúde prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público”. (BRASIL, 2000, p. 5). Percebe-se que o SUS foi criado para oferecer benefícios a saúde da população de forma geral. De acordo com o artigo o SUS foi implantado através das três esferas do governo, ou seja: federal, estadual e municipal, com o objetivo de realizar serviços universais e gratuitos em todo o território brasileiro e esses serviços prestados é fiscalizado através do controle social. (MIRANDA; MENDES; SILVA, 2017). A sociedade tem direito de cuidar de sua saúde através de programas públicos, esse foi o principal objetivo da época. Controle social quer dizer “controle da sociedade sobre a política de saúde” (BRASIL, p. 38), como citado foi através dele que a sociedade começou a interagir e participar da gestão política.

Porém, houve uma dificuldade na sua implantação, devido à qualificação e a política de recursos humanos, sendo preciso desenvolver técnicas de ações para o direcionamento do acúmulo das ideias no processo de trabalho e da educação em saúde, devido essas dificuldades estarem relacionadas à adaptação dos recursos que a tecnologia proporciona. (VERMELHO; FIGUEIREDO, 2017). Nesse contexto, o Brasil enfrentou desafios no formato das organizações e na parte financeira, sendo preciso à criação dos Conselhos Municipais de Saúde e das Conferências de Saúde, através da Lei Orgânica da Saúde, para proporcionar a participação de representantes da sociedade nas decisões, acompanhamento e fiscalização da política de saúde. (FROTA; SILVA, 2015). De uma forma geral a definição de conselho, de acordo com Rua (2014, p. 48) “são espaços públicos que sinalizam a possibilidade de representação de interesses coletivos na cena política... são canais de participação política, de controle público sobre a ação governamental”. Assim, o conselho municipal surgiu no final da década de 1980, através da Lei nº 8.142/90 com o objetivo de aproximar o governo do movimento social, como citado no artigo (KEZH; BÓGUS; MARTINS, 2016) através das reuniões foi percebendo um espaço de discussão e conjuntas de resoluções e decisões.

Conforme Santos (2008), o sistema único de saúde pode ser utilizado por todos brasileiros, não interferindo sua profissão ou contribuição, o direito é para todos. É através do acompanhamento e fiscalização dos conselhos e das conferências de saúde, representadas por usuários, governo, profissionais de saúde e os prestadores de serviços que o Ministério da Saúde consegue fazer o repasse dos recursos aos municípios, representando 70% das receitas federais, repassadas para fundos estaduais e municipais ou diretamente aos prestadores de serviço.

## **2.1 Conselhos Municipais de Saúde**

De acordo com Barddal e Torres (2017) um dos motivos do surgimento dos conselhos e das conferências foi à descentralização da parte administrativa da gestão pública. Os conselhos são responsáveis pelo acompanhamento do controle político de acordo com as necessidades da população, mencionam também que no ano de 1996 houve um aumento de novos conselhos nos municípios, devido os recursos que a cidade tem direito em receber.

Os conselhos municipais, estaduais e federais surgiram logo após a Constituição de 1988, com o objetivo de aproximar a sociedade na participação das decisões do governo, para a construção de um plano de gestão das políticas setoriais. (GERSCHMAN, 2004).

Através do surgimento do Conselho de Saúde foi possível ingressar a participação das pessoas em busca de benefícios, tomada de decisões e desempenho do controle social no processo das políticas públicas do Brasil. O conselho corresponde a sociedade civil estruturada de forma paritária com a atuação do governo, dos trabalhadores e prestadores de serviços na área da saúde. (SALIBA et al, 2009).

Conforme cita Martins “os conselhos de saúde são reconhecidos como resultado da revitalização da sociedade civil durante o processo de redemocratização do país” (2008, p. 108), ele continua a citar que no Brasil ainda não foi possível representar a transformação na convicção das repartições públicas, devido a má formação dos representantes para o conselho.

Uma das funções do cidadão é exercer seus direitos através do acompanhamento das políticas públicas de saúde, fiscalizando os direitos adquiridos constitucionalmente, na busca de construir uma sociedade com maior liberdade, justiça e assistência. (MARIANO; ALMEIDA; TOALDO, 2014).

Conforme Salles (2014) a quantidade de conselhos em uma cidade é analisada através das demandas, sendo três tipos principais: Conselhos de Programas; Conselhos de Políticas e Conselhos Temáticos, nesse trabalho iremos falar sobre o de política que engloba o conselho municipal de saúde.

Os conselhos são responsáveis na transparência e responsabilidade das atuações governamentais relacionadas à saúde, seja através do acompanhamento, fiscalização do plano de gestão das políticas setoriais e a responsabilidade dos técnicos da administração pública. (GERSCHMAN, 2004).

Analisando a trajetória da saúde na história do Paraná compreende-se que existem vários itens que são levados em conta para a adequação e estruturação do sistema do SUS, sejam os desafios que as pessoas enfrentam quando se disponibilizam ao serviço de acompanhamento, levantamento e fiscalização, buscando adequar às necessidades da população, através da participação dos conselhos municipais. (SAÚDE, 2015).

É possível deduzir que o CMS através de suas competências adquire vantagens nas atividades, exercendo a fiscalização, o controle, a participação no ato de decidir, de acordo com o seu regulamento. (BARDDAL, 2018).

Para Fernandes, Spagnuolo e Nascimento (2017) os conselheiros possuem um conhecimento limitado na área digital, de acordo com a pesquisa realizada em uma cidade paulista, todavia há o interesse deles de fazer parte dessa inclusão, pois facilitaria os trabalhos, mesmo com o avanço das informações e serviços na área da saúde, a pouca formação nas redes cooperativas que atuem para elaborar estratégias que “impliquem os diversos usuários do sistema, como pacientes, profissionais de saúde, governo, pesquisadores e conselheiros de saúde.”

No artigo Reis (2018, p.18) cita 3 tipos representativos de conselho, sendo eles: “criado pelo poder público executivo, os populares e os institucionalizados”. Em outro momento percebemos também que é uma comunicação que o poder público tem com a sociedade.

Para Barddal e Torres (2020) a sociedade merece ser bem atendida em serviços públicos e citam três formas: institucional-administrativa; econômico-financeira; sociopolítica, com a expectativa de transparência por parte governamental.

Conforme artigo Ventura, Miwa e Telini (2015) quando a população participa de conselhos e expressa sua opinião, está colaborando para o bem estar social, trazendo melhorias para ambas as partes. Desde que haja reunião uma vez por mês para o levantamento das questões a serem discutidas, através dos artigos que as secretarias de



saúde disponibilizam. É de grande valia os conselheiros possuírem um conhecimento técnico de todo o planejamento público, contudo como relata no artigo de Silva (2013), pode ser complexo devido à falta de formação e capacitação deles.

## **2.2 Conselho Municipal da Lapa**

Iniciaremos com as informações do município da Lapa, de acordo com o site do IBGE (2017), ela possui quase 45.000 habitantes na pesquisa realizada no ano de 2010 e a estimativa do ano de 2019 ultrapassou os 48.000 habitantes, é uma cidade que pertence a região metropolitana de Curitiba. É constituída de um único conselho de saúde, no qual seus integrantes representam os usuários do SUS, os trabalhadores na área de saúde, os prestadores de serviços de saúde e gestores dos serviços de saúde.

De acordo com a Lei Orgânica Municipal (LAPA, 1990) no item da Competência Privativa, no item XI, ela precisa elaborar o Plano Plurianual juntamente com as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais. No artº 4 dessa mesma Lei consta que as competências exercidas pela secretaria de saúde devem: estar em sintonia com a Secretaria de Estado da Saúde no que diz respeito ao SUS; formular e remodelar frequentemente o Plano Municipal de Saúde; administrar o Fundo Municipal de Saúde, entre outras atribuições (LAPA, 1990).

Conforme o regimento interno da Prefeitura Municipal da Lapa, o conselho Municipal de Saúde foi criado pela Lei Municipal nº 1.070/91 com o objetivo de acompanhar, controlar e avaliar a política municipal de saúde, de acordo com as atribuições da Constituição Federal e Estadual. Uma de suas atribuições é “IV – acompanhar a elaboração e a aprovação do Plano Municipal de Saúde, avaliando a execução da Política de Saúde no município...” (LAPA, 2016, p. 3). Percebe-se a responsabilidade em desenvolver propostas de levar ao conhecimento da sociedade o porquê de ter um conselho, através disso, utilizam das redes sociais através do facebook, youtube, site, blog e programa de rádio para informar a população. Os conselheiros têm a competência de analisar os documentos administrativos, financeiros dos órgãos públicos, para sua aprovação. É constituído por 24 membros, com a seguinte proporção:

50% de entidades representantes de usuários; 25% de entidades representantes de gestores e prestadores de serviços na saúde, ficando então 12,5% de entidades representantes de gestor e 12,5% de prestadores de serviços de saúde, vinculados ao SUS; 25% de entidades representantes de trabalhadores de saúde. (LAPA, 2016, p. 6).

O mandato é de quatro anos ou pode ser alterado durante a realização da Conferência Municipal de Saúde, também se existir falta de um dos componentes, o suplente assume, conforme descrito nos artigos (LAPA, 2016). As reuniões plenárias acontecem conforme calendário elaborado com datas pré-definidas e com a participação de “50% mais um do total dos seus membros”, mensalmente com a comunicação de dez dias com antecedência.

### 3. METODOLOGIA

A presente monografia trata de uma pesquisa bibliográfica, focada nas pesquisas de artigos e livros, através da busca de informações relacionadas à saúde, as leis que foram criadas para sua execução, os parâmetros utilizados na cidade em questão para a implantação de conselhos e conferências, de acordo com a definição:

Pesquisa bibliográfica: quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. (PROVDANOV; FREITAS, 2013, p. 54).

Também foi utilizada a pesquisa documental, de acordo com a definição de Provdanov e Freitas (2013, p. 55): “A utilização da pesquisa documental é destacada no momento em que podemos organizar informações que se encontram dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta.” Nesse sentido a análise documental foi realizada a partir das atas e pautas das reuniões do conselho municipal de saúde da Lapa no período de 2018 e 2019, que estão disponíveis no site da Prefeitura Municipal da Lapa, através do Portal da Transparência, também foi analisada a Lei Orgânica Municipal, e por último a análise do Regimento Interno do município.

Além das pesquisas anteriores, foi utilizada a pesquisa descritiva, de acordo com a definição: “quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles... Tal pesquisa observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los.” (PROVDANOV; FREITAS, 2013, p. 52), através do site da Prefeitura Municipal da Lapa, do site do governo referente à Constituição e leis relacionadas à área de saúde. Tal como, uma comparação da atuação dos conselheiros municipais com as atribuições e competências do Regimento Interno Municipal. No site da Prefeitura foram localizadas as seguintes atas disponíveis para pesquisa: no ano 2018 existem 08 atas, sendo 07 reuniões ordinárias e 01 extraordinária e no ano de 2019 existem 12 atas, sendo 11 reuniões ordinárias e 01 extraordinária.

### **3.1 Caracterização da pesquisa**

É uma pesquisa de natureza aplicada, com uma abordagem qualitativa no estudo de caso do Conselho Municipal da Lapa, esse objetivo de realizar essa pesquisa concretizou-se após os estudos dos assuntos de políticas públicas focado na área da saúde. O interesse de saber mais sobre a realização das reuniões do Conselho Municipal de Saúde do município da Lapa e se estão cumprindo os requisitos do Regimento Interno.

A pesquisa teve como base a revisão do referencial teórico que tratava sobre a atuação dos governantes e das pessoas da sociedade, dentre essas, as que participam das decisões e lutam pelos seus direitos. Em seguida, foi realizado o levantamento das informações da cidade local, focada nas áreas de saúde, com as informações do funcionamento do conselho e a comparação dos itens encontrados. Foi realizada a pesquisa empírica através dos documentos das atas das reuniões dos conselheiros.

### **3.2 Procedimentos da pesquisa**

Através do site da Prefeitura Municipal da Lapa, no portal da transparência, foi possível analisar as atas das reuniões do conselho municipal de saúde dos anos de 2018 e 2019, sendo as seguintes informações: ano 2018 existem 10 atas, sendo 06 reuniões ordinárias e 04 extraordinária e no ano de 2019 existem 12 atas, sendo 11 reuniões ordinárias e 01 extraordinária. O Regimento Interno está disponível no escritório de atendimento do conselho municipal ou o encaminhamento via e-mail quando solicitado. Os livros, artigos e documentos foram buscados no Portal Periódicos Capes através das palavras-chaves relacionadas ao tema estudado.

#### 4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Segundo o Ministério da Saúde (2013), os conselhos são órgãos colegiados, permanentes, paritários e deliberativos que formulam, supervisionam, avaliam, controlam e propõem políticas públicas. Eles têm o objetivo de permitir a população brasileira (por meio de seus representantes) participarem da gestão pública. Na área da saúde, foram estabelecidos pela constituição Federal os conselhos de saúde, que devem ser regidos por leis Federais, Estaduais e Municipais.

Os conselhos de saúde, por sua vez, são órgãos colegiados, deliberativos e permanentes do Sistema Único de Saúde (SUS) e devem estar presentes nas três esferas governamentais.

Segundo o Ministério da Saúde (2013, p. 6) seu funcionamento deve ser: "... mensalmente, ter ata que registre suas reuniões e infraestrutura que dê suporte ao seu funcionamento." No município da Lapa - PR o Conselho de saúde é regido pelo Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde da Lapa, está previsto no artigo 26:

"Art. 26 - O C.M.S/Lapa PR reunir-se-á ordinariamente, mensalmente e, extraordinariamente, quando convocado formalmente pela Presidência ou por decisão de 2/3 de seus membros". (LAPA, 2016, p. 18-19). Nesse artigo, observa-se a obrigatoriedade de encontros mensais. O Conselho Municipal da Lapa no ano 2018 se reuniu quase todos os meses, isso pode ser comprovado nas atas anexas. Ocorreram reuniões nos meses de fevereiro, duas em março, três em abril, julho, setembro, outubro e dezembro. No ano 2019 também se reuniram quase todos os meses, sendo comprovado nas atas anexas. Ocorreram reuniões nos meses de janeiro, fevereiro, início e final de abril, junho, início e final de julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro. No ano 2020 não ocorreram reuniões devido à pandemia.

Quanto à obrigatoriedade de registrar em ata, observa-se que, desde o último mandato, em abril de 2018, as atas são registradas sempre que acontecem as reuniões.

Quanto a infraestrutura, a análise das atas não apresenta esse dado. Contudo, existe um pólo UAB localizado na Rua Eufrásio Cortes, nº 228 em que ocorrem as reuniões, o que comprova que o município oferece infraestrutura necessária.

Desta forma, percebe-se que o Conselho Municipal da Lapa - PR está adequado frente aos objetivos previstos em lei e descritos no Ministério da Saúde (2013).

De acordo com o Conselho Nacional de Saúde a composição deve ser de 50% de usuários, mais 25% pelos profissionais de saúde e 25% de gestores e prestadores de serviço.

O Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde prevê que o CMS da Lapa, deve conter 24 integrantes, sendo:

- I - 50% de entidades representantes de usuários;
- II - 25% de entidades representantes de gestores e prestadores de serviços na saúde, ficando então 12,5% de entidades representantes de gestor e 12,5% de prestadores de serviços na saúde, vinculados ao SUS;
- III - 25% de entidades representantes de trabalhadores de saúde. (LAPA, 2016, p. 6-7).

Na ata 106ª/2018, relata a reunião ocorrida na data de 23 de abril de 2018 na qual foi apresentado os integrantes do CMS da Lapa com a participação de 12 usuários, 03 prestadores de serviços, 06 profissionais da saúde e 03 da administração municipal. Analisando o número de participantes, percebe-se que 50% são de entidades representantes de usuários, composta de 12 pessoas; 25% são de entidades representantes de gestores e prestadores de serviços, composta de 06 pessoas (03 prestadores de serviços e 03 da administração municipal); 25% são de entidades representantes de trabalhadores de saúde, composta de 06 pessoas. Dessa forma estão cumprindo com o número de integrantes previsto no Regimento Interno Municipal.

No ano de 2018 estavam previstas 12 reuniões ordinárias do conselho municipal de saúde da Lapa, porém ocorreram 06 reuniões ordinárias, conforme tabela 1, nas seguintes datas: 28/02/2018; 23/04/2018; 25/07/2018; 24/09/2018; 29/10/2018 e 10/12/2018 (PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, 2020), faltando às reuniões correspondentes aos meses de janeiro, março, maio, junho, agosto e novembro. Referente às reuniões extraordinárias, no ano de 2018, ocorreram 04, sendo no dia 27/03/2018 ocorreram duas reuniões; 11/04/2018 e 23/04/2018.

No ano de 2019 também estavam previstas 12 reuniões ordinárias do conselho municipal de saúde, no entanto ocorreram 11 reuniões ordinárias, conforme tabela 1, nas seguintes datas: 28/01/2019; 25/02/2019; 29/04/2019; 03/06/2019; 01/07/2019; 29/07/2019; 26/08/2019; 30/09/2019; 29/10/2019; 25/11/2019 e 16/12/2019 (PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, 2020), faltando somente as reuniões correspondentes ao mês de março e maio. No entanto, no mês de julho ocorreram duas reuniões, sendo uma no início e outra no final do mês. Com relação à reunião extraordinária no ano de 2019 ocorreu apenas uma, conforme consta no Regimento Interno, na data 08/04/2019.

**Tabela 1 – Reuniões do Conselho**

	<b>Ano 2018</b>	<b>Ano 2019</b>
Reuniões Ordinárias	06	11
Reunião Extraordinária	04	01

Na tabela 2, descreve a quantidade de reuniões com os assuntos das atas, percebe-se que a aprovação da ata anterior, no ano de 2018 foram realizadas em 4 reuniões, no ano 2019 em 11 reuniões, totalizando 15 reuniões, das 22 que ocorreram nos dois anos. Referente ao assunto aprovação da pauta, no ano de 2018 foram em 8 reuniões e no ano 2019 em 12 reuniões, totalizando 20 reuniões. Sobre o assunto Informes e Indicações mesa diretora, no ano 2018 ocorreram em 4 reuniões e no ano 2019 em 11 reuniões, totalizando 15 reuniões. Já sobre Comissão Comunicação, no ano de 2018 6 reuniões e no ano 2019 em 13 reuniões, totalizando 19 reuniões. Sobre o Programa de rádio, no ano de 2018 04 reuniões e em 2019 em 2 reuniões, totalizando 06 reuniões. Sobre Acompanhamento de Contas, no ano de 2018 em 5 reuniões e ano 2019 em 12 reuniões, sendo 17 reuniões. Sobre a Comissão de acesso ao SUS, no ano 2018, em 4 reuniões e no ano 2019 em 11 reuniões, totalizando 15 reuniões. Sobre Assuntos Gerais, no ano 2018 somente em 1 reunião e no ano 2019 em 8 reuniões, totalizando 9 reuniões. Sobre Conferência Municipal de Saúde, no ano 2018 foram 04 reuniões e no ano 2019 em 02 reuniões, totalizando 06 reuniões. Sobre Expediente em 06 reuniões somente no ano 2018. Sobre os Informes, no ano 2018 em 3 reuniões e no ano 2019 em 04 reuniões, totalizando 07 reuniões. Sobre a Capacitação dos Conselheiros, nas atas de 2019 foram discutidas em 04 reuniões, sobre a apresentação do Regimento em 02 reuniões, sobre posses dos novos conselheiros e devolução de recursos em 02 reuniões.

**Tabela 2 – Assuntos das atas**

<b>Tema</b>	<b>Ano 2018</b>	<b>Ano 2019</b>	<b>Total</b>
Aprovação da ata anterior	04 reuniões	11 reuniões	15 reuniões
Aprovação da pauta	08 reuniões	12 reuniões	20 reuniões
Informes e Indicações mesa diretora	04 reuniões	11 reuniões	15 reuniões
Comissão Comunicação	06 reuniões	13 reuniões	19 reuniões
Programa de rádio	04 reuniões	02 reuniões	06 reuniões
Acompanhamento de Contas	05 reuniões	12 reuniões	17 reuniões
Comissão de acesso ao SUS	04 reuniões	11 reuniões	15 reuniões
Assuntos Gerais	01 reunião	08 reuniões	09 reuniões
Conferência Municipal de Saúde	04 reuniões	02 reuniões	06 reuniões
Expediente	06 reuniões	-	06 reuniões
Informes	03 reuniões	04 reuniões	07 reuniões
Capacitação dos Conselheiros	-	04 reuniões	04 reuniões
Apresentação do Regimento	-	02 reuniões	02 reuniões
Posse dos novos conselheiros	-	02 reuniões	02 reuniões
Devolução de recursos	-	02 reuniões	02 reuniões

Alguns assuntos falam somente em 1 das atas, sendo: Aprovação Plano Municipal de Saúde, Conferência Nacional, Aprovação da PAS 2018, SISPACTO 2018, Relatório Anual da gestão 2017, Apreciação, discussão e aprovação, Resolução, Atualização do Regulamento da eleição mesa diretora, Eleição e posse da nova mesa diretora, Prestação de Contas 2018, Estrutura Administrativa CMS.

Comparando com o Regimento Interno, onde no capítulo 2 das Atribuições e Competências, Art 5º diz:

“IV – Acompanhar a elaboração e a aprovação do Plano Municipal de Saúde, avaliando a execução da Política de Saúde no Município da Lapa, de acordo com as definições das Conferências de Saúde...” (LAPA, 2016, p. 3); esse item aparece na ata do ano de 2018, nº 104ª de 27 de março de 2018 (PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, p.7), em reunião extraordinária consta que o Plano Municipal de Saúde referente os anos 2018-2021, foi apresentado e aprovado por todos os participantes. Já na ata do ano de 2019, nº 283ª de 30 de setembro de 2019 (PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, p. 4), em reunião ordinária consta que uma equipe da comissão temporária se reuniu no mês de agosto para fazer uma reavaliação do Plano Municipal de Saúde.

IX – “... b) Propondo critérios e fiscalizando as programações e execuções físicas e orçamentárias do F.M.S. e da Secretária responsável pela área da saúde”. (LAPA, 2016, p. 3). Na ata do ano de 2018, nº 105ª, de 27 de março de 2018, 3ª reunião extraordinária, a conselheira expõe que gastos extras como a contratação de empresas precisam fazer parte do Relatório de Gestão para justificar os recursos financeiros utilizados, de acordo com a Lei nº 101, onde diz que todas as contas, primeiro devem ser analisadas pelo Conselho Municipal. Relata a análise quadrimestral realizada sobre as planilhas, empenhos, saldos e recursos financeiros do Fundo Municipal de Saúde, com o seguinte: “observamos o desvio de finalidade no transporte sanitário;...; Ausência de avaliação da dedicação ao cumprimento de metas físicas e financeiras dos planos de aplicação dos recursos da saúde” (LAPA, 2016, p. 5).

“c) Participando da elaboração dos orçamentos para saúde e acompanhar a sua execução.” (LAPA, 2016, p. 3-4).

“X – Solicitar e analisar todas as informações necessárias, em especial as de caráter administrativo, financeiro, orçamentário, operacional relativo à recursos humanos, convênios, contratos e termos aditivos de direito público...”. (LAPA, 2016, p. 4).



“XIX – analisar e aprovar a prestação de contas da Secretaria Municipal de Saúde – Lapa/PR -, e do Fundo Municipal de Saúde, conforme legislação vigente”. (LAPA, 2016, p. 4).

A prestação de contas ainda é obscuro para o entendimento e avaliação dos conselheiros, pela falta de conhecimento referente a suas funções. (SALIBA et al, 2009).

“XXXII– fiscalizar e controlar os gastos e deliberar sobre critérios de movimentação e aplicações dos recursos dotados no Conselho Municipal de Saúde.” (LAPA, 2016, p. 5).

Esses itens constam na ata do ano 2018 nº 1, de 28 de fevereiro de 2018, a demonstração da prestação de conta através do representante da área contábil da Prefeitura Municipal da Lapa.

“XX – Criar canais de discussão, sugestões, queixas, denúncias, sobre omissões e ações praticadas por pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado, gestores e/ou prestadores de serviços na área da saúde...” (REGIMENTO INTERNO, p. 4). Percebe-se nas atas 269ª, 279ª, 281ª, 284ª, 285ª, do ano de 2019 (PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, 2020), denúncias sobre o atendimento nas unidades de saúde, no qual a maioria delas chegaram a partir da Ouvidoria, sendo apenas uma através da programação da rádio.

“XXIII – garantir a capacitação permanente dos conselheiros municipais, titulares e suplentes, mormente no controle social geral, questões de ética e nas áreas de orçamento, prestações de contas, fiscalização de convênios...”. (LAPA, 2016, p. 5).

Nas atas do ano de 2019, nº 276ª, da data de 28 de janeiro (PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, 2020), a conselheira sugere que a capacitação aconteça após a realização da Conferência de Saúde Municipal, para os novos conselheiros participarem, e a votação foi unânime. A próxima data sobre esse item é a nº 279ª, da data de 03 de junho (PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, 2020), onde seriam definidas as datas e os temas do início da capacitação, porém a conselheira explicou que seria bom traçar juntamente com os novos conselheiros para fazer um planejamento adequado com as datas e as disponibilidades deles. A penúltima ata relacionada a esse assunto é nº 280ª, da data 01 de julho de 2019 (PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, 2020), nela o presidente sugere o mês de setembro, no entanto será definida na próxima reunião da Mesa Diretora. E por fim, na reunião nº 286ª, da data de 16 de dezembro de 2019 (PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, 2020), na qual definem a data para iniciar as capacitações para o dia 19 de março de 2020 com o tema “o papel do conselho de saúde e o papel do conselheiro”. Percebe-se a

importância da capacitação para os conselheiros na facilidade do entendimento dos assuntos relacionados às políticas, ações e serviços de saúde. (SALIBA et al, 2009).

“XXIV -... propostas orçamentárias (Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Orçamentária Anual - LOA e Plano Plurianual de Investimentos - PPA) sejam apresentados ao C.M.S/ Lapa - PR e deliberados em tempo hábil...” (LAPA, 2016, p. 5).

Sobre esse item, na ata nº 280ª, de 01 de julho de 2019 (PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, 2020), a conselheira informa que a apresentação LDO será no final do mês de julho pelos contadores e solicitou retirada da pauta dessa reunião. Na ata nº 281ª, (PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, 2020, p. 4), ocorreu a apresentação da LDO e LOA e esclarecidas as dúvidas.

“XXVIII - propor e aprovar no plenário a agenda anual de discussões do CMS/ Lapa - PR, apresentando a proposta de pauta em cada reunião e a relação de pontos que estejam aguardando pauta no CMS/Lapa PR”. (LAPA, 2016, p. 5). Todas as atas do ano de 2018 e 2019 foram apresentadas a pauta da reunião e os assuntos que seriam debatidos.

“XXX– solicitar cópias de balancetes e de relatórios (quadrimestrais e anuais) dos órgãos da Secretaria Municipal de Saúde, para conhecimento.” (Regimento Interno, p. 5). Na ata nº 276ª, de 28 de janeiro de 2019 (PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, 2020), cuja a conselheira solicita a atualização da quantidade de conselheiros para o envio das correspondências para análise. Na ata nº 277ª, de 25 de fevereiro de 2019, os conselheiros debatem a quantidade de relatórios que receberam para analisar e que precisam da colaboração dos funcionários da parte contábil e da secretaria de saúde da prefeitura municipal para compreender os dados que são informados nesses relatórios. A próxima ata a tratar sobre esse item é a ata nº 108ª, de 08 de abril de 2019 (PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, 2020), o item 2 da pauta é sobre a apreciação dos conselheiros referente Relatório do Terceiro Quadrimestre do ano 2018. E por fim na ata nº 283ª, de 30 de setembro de 2019, a conselheira informa que precisa marcar reunião para a análise do Relatório do segundo quadrimestre.

“I – A Mesa Diretora deverá se reunir para preparar as reuniões plenárias do Conselho Municipal de Saúde – C.M.S/Lapa PR, organizando a pauta e priorizando os temas e determinando tempo para discussão.” (LAPA, 2016, p. 10). Em todas as atas do ano de 2018 e 2019 percebe-se que existe a pauta e a inclusão de temas que são pertinentes a análise e também o tempo destinado a cada item a ser discutido.

“VII - convocar as reuniões ordinárias ou extraordinárias do C.M.S/ Lapa PR e as reuniões das comissões.” (LAPA, 2016, p. 10). Observa-se que os conselheiros reuniram-se em reuniões extraordinária e ordinária no ano de 2018 e 2019.

**Art. 14 - São atribuições da Presidência do Conselho Municipal de Saúde da Lapa –C.M.S/Lapa PR, sem prejuízo de outras funções que lhe forem conferidas: I - representar o Conselho Municipal de Saúde da Lapa, junto aos órgãos públicos municipais, estaduais e federais e sociedade civil e jurídica em geral; II - coordenar as reuniões do Plenário; III - adotar medidas cabíveis para por em prática as deliberações emanadas das reuniões do Plenário assim como fazer cumprir o presente Regimento Interno; IV - convocar as reuniões ordinárias ou extraordinárias do C.M.S/Lapa PR e das comissões; V - Receber e enviar correspondências determinadas pelo Conselho e dar encaminhamento às solicitações de Conselheiros; a) Fazer cumprir a ordem das inscrições controlando o tempo estabelecido das falas, podendo propor ao pleno encerrar as inscrições quando entender que o tema já foi suficientemente debatido e interromper a fala do conselheiro quando o mesmo exceder ao seu tempo; b) Propor, caso necessário, a alteração da ordem do dia, mudando a ordem das matérias ou introduzindo novos itens, a ser votado pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde; c) Delegar competências aos membros do Conselho; d) Fazer o encerramento da reunião. (LAPA, 2016, p. 11-12).**

Em ambos os anos o presidente iniciou e fez o encerramento da reunião dos conselheiros.

“I- elaborar a ata das reuniões plenárias do C.M.S/ Lapa PR, contemplando a síntese das discussões, intervenções relevantes e a íntegra das deliberações...” (LAPA, 2016, p. 13). Em todas as atas dos anos de 2018 e 2019 percebe-se que os conselheiros analisam as atas anteriores e solicitam as correções.

“Art. 26 - O C.M.S/Lapa PR reunir-se-á ordinariamente, mensalmente e, extraordinariamente, quando convocado formalmente pela Presidência ou por decisão de 2/3 de seus membros.” Percebe-se que as reuniões não ocorreram todos os meses, tanto no ano de 2018 e no ano de 2019. Sobre a agenda apresentam na última reunião do ano de 2018 e em todas as reuniões que ocorreram no ano 2019.

“§ 2º Será encaminhada comunicação aos membros titulares do C.M.S/Lapa PR, informando: local, data, e horário que compreenderá os expedientes, conforme pauta anexa da reunião, com antecedência de dez (10) dias que precederem as reuniões ordinárias...” (LAPA, 2016, p. 19).

§ 3º A pauta das reuniões do C.M.S/ Lapa - PR, contará com a seguinte estrutura: 1. expediente interno – Leitura das proposições encaminhadas à Mesa Diretora e expediente recebido e expedido pela Mesa Diretora 1.1 aprovação Ata ; 2. ordem do dia; 2.1. aprovação da pauta; 2.2. assuntos para deliberação: discussão temática e Comissões; 3. informes diversos. (LAPA, 2016, p. 19)

As pautas das reuniões do ano de 2019 seguiram essa ordem do Regimento, no ano de 2018 somente a 1ª e 2ª reunião não obteve a sequência da pauta nesse formato sugerido.

Art 41 – Programa de rádio, p. 24, em todas as atas existe uma pauta com as datas e os temas relacionados ao programa de rádio local que o conselho tem para falar.

“a)... Comissão de Orçamento e acompanhamento de contas; b) Comissão de Comunicação e Educação Permanente do Controle Social; c) Comissão intersectorial de Recursos Humanos; d) Comissão de Assistência e Acesso ao SUS;...”. (LAPA, 2016, p. 15).

A partir do Regimento Interno nota-se que o Conselho da Lapa cumpre em sua maioria as obrigatoriedades previstas no Regimento, só algumas atribuições não são efetivamente exercidas pelo conselho municipal da Lapa, como no capítulo II das atribuições e competências, Art 5º (LAPA, 2016, p. 3), “II – Articular e integrar as Instituições Públicas e Privadas nas ações de saúde, defendendo processos que garantam recursos financeiros adequados ao exercício destas ações.” e “VIII – Possibilitar o amplo conhecimento do Sistema Municipal de Saúde à população e às instituições públicas e entidades privadas.” Esses dois itens há uma falta de análise nas reuniões do conselho municipal onde diz respeito às entidades privadas, e também o amplo conhecimento a população, um dos motivos é a falta de capacitação dos conselheiros.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia buscou verificar a importância de ter um conselho municipal de saúde no município e suas contribuições para as formulações de políticas públicas. Foi possível analisar o Conselho Municipal de Saúde do município da Lapa – PR através dos itens da pauta das atas de cada reunião do período dos anos de 2018 e 2019 e também a comparação de cada atribuição que consta no Regimento Interno Municipal. Em um primeiro momento foi analisado as informações fornecidas pelo Ministério da Saúde, em seguida um parâmetro de como a sociedade pode participar das decisões dos órgãos públicos direcionados a saúde. Nessa continuidade analisou a quantidade de reunião mensal e também comparou os itens da pauta de cada reunião intercalando com as atribuições correspondentes desse Regimento.

Foram identificados na maioria das atribuições que o Conselho exerce as funções solicitadas, no registro das reuniões através das atas, na apresentação da pauta, aprovação da ata anterior, no acompanhamento e elaboração do Plano Plurianual, na fiscalização dos gastos, nos canais de divulgação e informação a sociedade através do programa de rádio das páginas nas redes sociais. O presidente exerce suas funções de acordo com as atribuições do Regimento Interno. Referente à capacitação dos conselheiros foram realizadas várias reuniões para discutir as datas e os assuntos para agendamento, a data marcada seria no ano de 2020, porém devido a pandemia da Covid-19 não ocorreram nenhuma reunião presencial e capacitação do conselho.

No que se refere às atribuições que o conselho não exerce a principal é a não possibilidade do amplo conhecimento da área de saúde da população e as repartições públicas e privadas.

Por fim, o conselho municipal da cidade da Lapa-PR, exerce um grande papel através de seus conselheiros e precisa do apoio e participação da sociedade para a busca constante de melhorias a população lapeana.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Marluce M. A.; KANTORSKI, Luciane; TAVARES, José L. Participação Social: Um espaço em construção para a conquista da cidadania. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 48, n. 4, p. 329-340, dez. 1995.

BARDDAL, Fabiana, M. E. **A Capacidade Participacionista dos Conselhos Municipais de Curitiba sob a Abordagem Da Governança Societal: Um Estudo Multicaso**. 2018. 139 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública - Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

BARDDAL, Fabiana M. E.; TORRES, Ricardo L. **Conselhos Gestores de Políticas Públicas: Instrumentos de Democracia Participativa e Controle Social no Município de Curitiba**. II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas. Edição Atual, v. 1, 2017. ISSN 2525-8559.

BARDDAL, Fabiana, M. E.; TORRES, Ricardo L. **Efetividade da participação cidadã nos conselhos municipais de Curitiba**, Curitiba, v. 12, mar. 2020. ISSN 2175-3369.

BORTOLI, Francieli R.; KOVALESKI, Douglas F. Efetividade da participação de um conselho municipal de saúde na região Sul do Brasil. **Saúde em Debate**. Rio de Janeiro, v. 43, n. 123, p. 1168–1180, dez. 2019.

BRASIL. **Conselhos de saúde: a responsabilidade do controle social democrático do SUS**. Ministério da Saúde, Brasília, 2013.

BRASIL. **Orientações para conselheiros de saúde**. Tribunal de Contas da União, Brasília, 2010.

BRASIL. **Para entender o controle social na saúde**. Ministério da Saúde, Brasília, 2012.

DICIONÁRIO INFOPÉDIA. **Política**. Porto Editora, 2003. Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/politica>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

DICIONÁRIO ON LINE. **Política**. 7graus, 2009. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/politica/>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

FERNANDES, Violeta C.; SPAGNUOLO, Regina S.; NASCIMENTO, Edinalva N. Percepção de conselheiros de saúde sobre acesso às informações e inclusão digital. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 26, n. 1, p. 218-228, 2017. ISSN 1984-0470.

FROTA, Francisco H. S.; TORRES, Ana C. O. Conhecer: debate entre o público e o privado. **O Papel do Conselho Municipal de Saúde de Beberibe no Controle das Políticas Públicas de Saúde**, São Paulo, v. 3, n. 13, p. 25, 2015.

GERSCHMAN, Silvia. Conselhos Municipais de Saúde: atuação e representação das comunidades populares. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, n. 6, p. 1670–1681, nov./dez. 2004. ISSN 1678-4464.

IBGE. **Lapa - Paraná**. Cidades, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/lapa/panorama>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

KEZH, Nilce H. P.; BÓGUS, Cláudia. M.; MARTINS, Cleide L. Entraves à participação social dos representantes dos trabalhadores no conselho municipal de saúde. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 25, n. 4, p. 950–963, 2016.

LAPA. Lei nº 1070, de 06 de março de 1991. **Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde da Lapa/PR**, 2016.

LAPA. **Lei Orgânica Municipal**, de 04 de abril de 1990. Prefeitura Municipal da Lapa, 2017. Disponível em: <<https://www.lapa.pr.leg.br/arquivos-e-documentos/LEIORGANICA2017.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

LUCCHESI, Patrícia. **Informação para Tomadores de Decisão em Saúde Pública**. São Paulo: Espaço da Gestão, 2004.

MARIANO, Bruna C.; ALMEIDA, Evandro X. de; TOALDO, Adriane M. **A participação popular enquanto instrumento democrático na concretização das políticas públicas de saúde: a integração entre sociedade e poder público local**. XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 2014.

MARTINS, Poliana C. et al. Conselhos de Saúde e a Participação Social no Brasil: Matrizes da Utopia. **Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 105-121, 2008.

MIRANDA, Gabriella M. D.; MENDES, Antonio da C. G.; SILVA, Ana. L. A. O desafio da organização do Sistema Único de Saúde Universal e resolutivo no pacto federativo Brasileiro. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 26, n. 2, p. 329–335, 2017.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Saúde. Escola de Saúde Pública do Paraná. **Curso de Capacitação Conselheiros Municipais e Estaduais de Saúde e Secretarias Executivas dos Conselhos de Saúde do Paraná**. Curitiba, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA. **Atas do Conselho Municipal de Saúde**. Lapa, 2018. Disponível em: <<https://lapa.atende.net/?pg=transparencia#!/grupo/5/item/10/tipo/1>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA. **Atas do Conselho Municipal de Saúde**. Lapa, 2019. Disponível em: <<https://lapa.atende.net/?pg=transparencia#!/grupo/5/item/10/tipo/1>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

PROVDANOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS, Ivan A. dos. **Conselhos Municipais e Participação Cidadã: Avaliação e Mapeamento na Cidade de Osasco-SP**. 2018. 47 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR. Curitiba-PR, 2018.

ROCHA, Maricélia B.; MOREIRA, Diane C; JÚNIOR, José P. B. Conselho de saúde e efetividade participativa: estudo sobre a avaliação de desempenho. **Cardenos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 1-13, 20 dez. 2019.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. 3. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, Brasília, 2014.

SALIBA, Nemre A. et al. Conselhos de saúde: conhecimento sobre as ações de saúde. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1369-1378, nov./dez. 2009.

SALLES, Helenada M. **Gestão Democrática e Participativa**. 3. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, Brasília, 2014.

SANTOS, Maria P. G. dos. **O Estado e os Problemas Contemporâneos**. 3. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, Brasília, 2014.

SILVA, Oswaldo J. B. A regulação do planejamento público e o conselho municipal de saúde. **Cadernos Ibero-Americanos De Direito Sanitário**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 596-608, jul./dez. 2013.

VENTURA, Carla A. A.; MIWA, Marcela. J.; TELINI, Felipe. G. A Atuação De Um Conselho Municipal De Saúde Na Percepção Dos Conselheiros. **Brazilian Journal of Forensic Sciences**, Medical Law and Bioethics, 04 dez. 2015.

VERMELHO, Sônia C.; FIGUEIREDO, Gustavo. A percepção de secretários municipais de saúde sobre a gestão do trabalho e da educação na rede pública do Sistema Único de Saúde (SUS). **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 26, n. 2, p. 382–396, 2017.



# APÊNDICES

ANO	DATA	Nº DA ATA	NÚMERO	HORÁRIO	LOCAL	TIPO DA REUNIÃO	PAUTA DAS REUNIÕES
2018	28/02/2018		1		SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO	ORDINÁRIA	PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º BIMESTRE DE 2018.
2018	11/04/2018		2		SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO	EXTRAORDINÁRIA	DELIBERAÇÃO SOBRE O PARECER SOBRE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR E OUTROS ASSUNTOS DE DISPOSIÇÕES GERAIS E/OU TRANSITÓRIAS.
2018	27/03/2018		2	104 09h	UAB POLO LAPA	EXTRAORDINÁRIA	APRECIÇÃO DA PAUTA DA 104ª RE. PARA DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO - DISCUSSÃO E DELIBERAÇÕES ESTRUTURADA ADMINISTRATIVA CMS. RESOLUÇÃO INDICAÇÃO SECRETARIA EXECUTIVA DO CMS E DISCUSSÃO E APROVAÇÃO VERSÃO FINAL DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE PMS 2018-2021.
2018	23/04/2018		2	269 15h	UAB POLO LAPA	ORDINÁRIA	ITEM 1 - EXPEDIENTE-APROVAÇÃO DA PAUTA 268ª REUNIÃO ORDINÁRIA-APROVAÇÃO ATA ANTERIOR/ ITEM 2 - INFORMES E INDICAÇÕES - MESA DIRETORA ITEM 3 - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO/INFORMAÇÃO/PROGRAMA DE RÁDIO/INFORMATIVOS DOS PROGRAMAS/CHAMADA PARA 16 CONFERÊNCIA NACIONAL/ ITEM 4 - COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE CONTAS/ ITEM 5 - COMISSÃO DE ACESSO AO SUS/ ITEM 6 - CONTINUIDADE DA APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA PAS 2018/ ITEM 7 - APRESENTAÇÃO DA PACTUAÇÃO INTERFEDERATIVA - DIRETRIZES, METAS E INDICADORES SISPACTO 2018/ ITEM 8 - APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DE 03 ESP REFERENTE AO DIB MANNIE E COHAPAR E EQUIPE DE ATENÇÃO BÁSICA PRISIONAL TIPO I COM SAÚDE MENTAL/ ITEM 9 - RETIFICAÇÃO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE 07 NOVAS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA APROVADO EM 24/02/2014/ ITEM 10 - ASSUNTOS GERAIS.
2018	27/03/2018		3	105 10h17	UAB POLO LAPA	EXTRAORDINÁRIA	APRECIÇÃO DA PAUTA DA 105ª RE. PARA DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO RELATÓRIO ANUAL DA GESTÃO - RAG 2017.
2018	23/04/2018		4	106 14h20	UAB POLO LAPA	EXTRAORDINÁRIA	ITEM 1 - EXPEDIENTE APROVAÇÃO DA PAUTA DA 106ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA/RATIFICAÇÃO DAS ENTIDADES ELEITAS NA 10ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DECRETO DE NOMEAÇÃO 2018/ ITEM 2 - APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO RESOLUÇÃO nº 09/2018 - ATUALIZAÇÃO DO REGULAMENTO DA ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA CMS 2018-2019/ ITEM 3 - PROCESSO ELEITORAL - ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA MESA DIRETOR.
2018	25/07/2018		3	270 14h	UAB POLO LAPA	ORDINÁRIA	ITEM 1 - EXPEDIENTE-APROVAÇÃO DA PAUTA DA 270ª REUNIÃO ORDINÁRIA E APROVAÇÃO ATAS ANTERIORES/ ITEM 2 - INFORMES E INDICAÇÕES - LEITURA PARECER VISTAS/ ITEM 3 - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO/INFORMAÇÃO, PROGRAMA DE RÁDIO/ ITEM 4 - COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE CONTAS PARA APOIO ADMINISTRATIVO/ ITEM 5 - DELIBERAÇÃO OFÍCIO 016/18 CONFERÊNCIA DE SAÚDE/ ITEM 6 - FORMAÇÃO DE COMISSÕES TEMÁTICAS; ACESSO AO SUS/ACOMPANHAMENTO DE CONTAS/COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO, COMISSÃO ESPECIAL DE PREPARATIVOS PARA A 16ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE
2018	24/09/2018		6	273 14h	UAB POLO LAPA	ORDINÁRIA	ITEM 1 - EXPEDIENTE - APROVAÇÃO DA PAUTA DA 273ª REUNIÃO ORDINÁRIA/ ITEM 2 - COMISSÃO DE ACESSO AO SUS/ ITEM 3 - COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE CONTAS/ ITEM 4 - COMISSÃO DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PROGRAMA DE RÁDIO/ ITEM 5 - COMISSÃO DE PREPARATIVOS DA 11ª CONFERÊNCIA DE SAÚDE/ ITEM 6 - APRESENTAÇÃO DOS DADOS DO TRANSPORTE SANITÁRIO E PROPOSTA DE PROTOCOLO/ ITEM 7 - APRESENTAÇÃO DE DADOS REFERENTE E REDE DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL - RAPS DO MUNICÍPIO DA LAPA/ ITEM 8 - INFORMES A VICE-PRESIDENTE.
2018	29/10/2018		7	274 14h	UAB POLO LAPA	ORDINÁRIA	ITEM 1 - EXPEDIENTE - APROVAÇÃO DA PAUTA DA 272ª REUNIÃO ORDINÁRIA E APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES/ ITEM 2 - INFORMES E INDICAÇÕES DA MESA DIRETORA - CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS E EXPEDIDAS E SITUAÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA/ ITEM 3 - PREPARATIVOS PARA 11ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO TEMPORÁRIA DA CONFERÊNCIA - APRESENTAÇÃO DA MEMÓRIA DA REUNIÃO, TEMA, INDICAÇÃO DE COORDENAÇÃO, COORDENAÇÃO ADJUNTA E RELATORIA (PRÉ CONFERÊNCIAS) DATA, DECRETO DE CONVOCAÇÃO E REGIMENTO/ ITEM 4 - COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE CONTAS/ ITEM 5 - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO - PROGRAMA DE RÁDIO/ ITEM 6 - APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE PAS/ ITEM 7 - INFORMES.
2018	10/12/2018		8	275 14h	UAB POLO LAPA	ORDINÁRIA	ITEM 1 - EXPEDIENTE-APROVAÇÃO DA PAUTA DA 275ª REUNIÃO ORDINÁRIA E APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES/ ITEM 2 - INFORMES E INDICAÇÕES DA MESA DIRETORA - APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DA AGENDA 2019, OFÍCIOS RECEBIDOS E EXPEDIDOS/ ITEM 3 - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO MUDANÇA DO DIA DO PROGRAMA E AGENDA DE DEZEMBRO E JANEIRO/ ITEM 4 - COMISSÃO DE ACESSO AO SUS - UPA, PEDIATRIA E MARCAÇÃO/ITEM 5 - COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE CONTAS/ ITEM 6 - PREPARATIVOS PARA 11ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO TEMPORÁRIA DA CONFERÊNCIA - APRESENTAÇÃO DA MEMÓRIA DA REUNIÃO, INDICAÇÃO DE COORDENAÇÃO, COORDENAÇÃO ADJUNTA E RELATORIA, REGULAMENTO (PRÉ CONFERÊNCIAS) DATA, DECRETO DE CONVOCAÇÃO E REGIMENTO/ ITEM 7 - APRESENTAÇÃO DA REESTRUTURAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DA ODONTOLOGIA - SM/ ITEM 8 - APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE PAS/ ITEM 9 - INFORMES.
2019	08/04/2019		1	108 14h	UAB POLO LAPA	EXTRAORDINÁRIA	ITEM 1 - APROVAÇÃO DA PAUTA DA 108ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA/ ITEM 2 - CONTINUIDADE DA APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2018/ ITEM 3 - APRESENTAÇÃO DO CALENDÁRIO 2019 DE ATIVIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL DA LAPA/ ITEM 4 - APRESENTAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DAS COMISSÕES DESTE CONSELHO/ ITEM 5 - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO - PROGRAMA DE RÁDIO/ ITEM 6 - ASSUNTOS GERAIS.
2019	28/01/2019		1	276 14h	UAB POLO LAPA	ORDINÁRIA	ITEM 1 - APROVAÇÃO DA PAUTA DA 276ª REUNIÃO ORDINÁRIA, APROVAÇÃO ATAS ANTERIORES/ ITEM 2 - INFORMES DA MESA DIRETORA (OF. EXPEDIDOS/INFORMES DA MESA DIRETORA (OF. EXPEDIDOS, RECEBIDOS E RESOLUÇÕES - APRESENTAÇÃO DO FUNCIONÁRIO DESIGNADO AO CARGO DE SECRETARIA EXECUTIVA E APRESENTAÇÃO DA AGENDA 2019/ ITEM 3 - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO/INFORMAÇÃO; MUDANÇA DO DIA DO PROGRAMA DE RÁDIO, INFORMATIVO DOS PROGRAMAS, AGENDA DE FEVEREIRO E CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS/ ITEM 4 - COMISSÃO DE ACESSO DO SUS, UPA, PEDIATRIA E MARCAÇÃO/ ITEM 5 - COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE CONTAS, RELATÓRIO DO 3º QUADRIMESTRE/ ITEM 6 - COMISSÃO DE PREPARATIVOS DA 11ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE, TEMAS, REGIMENTOS E CALENDÁRIO PARA APROVAÇÃO, PALESTRANTES E DEMAIS TRATATIVOS/ ITEM 7 - APRESENTAÇÃO DA REESTRUTURAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DA ODONTOLOGIA - SMS/ ITEM 8 - APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE PAS - LÚCIA - SMS/ ITEM 9 - INFORMES.
2019	25/02/2019		2	277 14h	UAB POLO LAPA	ORDINÁRIA	ITEM 1 - APROVAÇÃO DA PAUTA DA 277ª REUNIÃO ORDINÁRIA, APROVAÇÃO DA ATA ANTERIOR/ITEM 2 - INFORMES DA MESA DIRETORA (OF. EXPEDIDOS, RECEBIDOS E RESOLUÇÕES - TERMO DE CESSÃO DO FUNCIONÁRIO DESIGNADO AO CARGO DE SECRETARIA EXECUTIVA E APRESENTAÇÃO DA AGENDA 2019/ITEM 3 - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO/INFORMAÇÃO - AGENDA DE MARÇO/ITEM 4 - COMISSÃO DE ACESSO DO SUS - TRANSPORTE SANITÁRIO E OBRAS NAS UBS/ITEM 5 - COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE CONTAS, APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS/ITEM 6 - COMISSÃO DE PREPARATIVOS DA 11ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE, TEMAS, PALESTRANTES E DEMAIS TRATATIVOS/ITEM 7 - APRESENTAÇÃO DA REESTRUTURAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DA ODONTOLOGIA/ITEM 8 - APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE PAS - LÚCIA - SMS/ITEM 9 - INFORMES.
2019	29/04/2019		3	278 14h	UAB POLO LAPA	ORDINÁRIA	ITEM 1 - APROVAÇÃO DA PAUTA DA 278ª REUNIÃO ORDINÁRIA, APROVAÇÃO DA ATA ANTERIOR/ ITEM 2 - INFORMES DA MESA DIRETORA (OF. EXPEDIDOS, RECEBIDOS/ ITEM 3 - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO/INFORMAÇÃO - AGENDA DE MAIO/ ITEM 4 - COMISSÃO DE ACESSO DO SUS/ ITEM 5 - COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE CONTAS, APRESENTAÇÃO DE PARECER DO RAG 2018/ ITEM 6 - APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO 2018 - RAG LÚCIA - SMS/ ITEM 7 - COMISSÃO DE COMPOSIÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DAS COMISSÕES TEMAS: APRESENTAÇÃO E VOTAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO/ ITEM 8 - APRESENTAÇÃO DO SISPACTO - LÚCIA - SMS/ ITEM 9 - INFORMES.
2019	03/06/2019		4	279 14h	UAB POLO LAPA	ORDINÁRIA	ITEM 1 - APROVAÇÃO DA PAUTA DA 278ª REUNIÃO ORDINÁRIA, APROVAÇÃO DA ATA ANTERIOR/ ITEM 2 - INFORMES DA MESA DIRETORA (OF. EXPEDIDOS, RECEBIDOS)/ ITEM 3 - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO/INFORMAÇÃO - AGENDA DE JUNHO/ ITEM 4 - COMISSÃO DE ACESSO DO SUS/ ITEM 5 - COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE CONTAS, APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DE PARECER DO RAG 2018/ ITEM 6 - POSSE DOS NOVOS CONSELHEIRO, APRESENTAÇÃO E POSSE/ ITEM 7 - APRESENTAÇÃO DO PRO EPSSUS- PROGRAMA EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE SUS - LUCIANE - SMS/ ITEM 8 - APRESENTAÇÃO E APRECIÇÃO DE VERBA DESTINADA AOS QUILÓMBOLAS - SMS/ ITEM 9 - COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TEMAS: ACESSO AO SUS, COMUNICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONTAS/ ITEM 10 - DEFINIR DATAS PARA CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS- CMS/ ITEM 11 INFORMES.

2019	01/07/2019	5	280	14h	UAB POLO LAPA	ORDINÁRIA	ITEM 1 - APROVAÇÃO DA PAUTA DA 27ª DA REUNIÃO ORDINÁRIA, APROVAÇÃO DA ATA ANTERIOR / ITEM 2 - INFORMES DA MESA DIRETORA (OF. EXPEDIDOS, RECEBIDOS) / ITEM 3 - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO/INFORMAÇÃO - AGENDA DE JULHO / ITEM 4 - COMISSÃO DE ACESSO DO SUS / ITEM 5 - COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE CONTAS / ITEM 6 - INFORMAÇÕES SOBRE O TRANSPORTE SANITÁRIO / ITEM 7 - APRESENTAÇÃO DA LDO / ITEM 8 - DEFINIR DATAS PARA CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS - CMS / ITEM 9 - ASSUNTOS GERAIS
2019	29/07/2019	6	281	14h	UAB POLO LAPA	ORDINÁRIA	ITEM 1 - APROVAÇÃO DA PAUTA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA, APROVAÇÃO DA ATA ANTERIOR / ITEM 2 - INFORMES DA MESA DIRETORA (OF. EXPEDIDOS, RECEBIDOS) / ITEM 3 - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO/INFORMAÇÃO - AGENDA DE JULHO / ITEM 4 - COMISSÃO DE ACESSO DO SUS / ITEM 5 - COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE CONTAS / ITEM 6 - POSSE DOS NOVOS CONSELHEIROS, APRESENTAÇÃO E POSSE / ITEM 7 - PROGRAMA HORA CERTA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, APRECIACÃO / ITEM 8 - COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES / ITEM 9 - ASSUNTOS GERAIS
2019	26/08/2019	7	282	14h	UAB POLO LAPA	ORDINÁRIA	ITEM 1 - APROVAÇÃO DA PAUTA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA - APROVAÇÃO DA ATA ANTERIOR / ITEM 2 - INFORMES DA MESA DIRETORA (OF. EXPEDIDOS, RECEBIDOS) / ITEM 3 - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO/INFORMAÇÃO - AGENDA DE SETEMBRO / ITEM 4 - COMISSÃO DE ACESSO DO SUS / ITEM 5 - COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE CONTAS / ITEM 6 - FITOTERÁPICOS / ITEM 7 - APRESENTAÇÃO DA LDO / ITEM 8 - ASSUNTOS GERAIS
2019	30/09/2019	8	283	14h	UAB POLO LAPA	ORDINÁRIA	ITEM 1 - APROVAÇÃO DA PAUTA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA, APROVAÇÃO DA ATA ANTERIOR / ITEM 2 - INFORMES DA MESA DIRETORA (OF. EXPEDIDOS, RECEBIDOS) / ITEM 3 - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO/INFORMAÇÃO - AGENDA DE OUTUBRO / ITEM 4 - COMISSÃO DE ACESSO DO SUS / ITEM 5 - COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE CONTAS / ITEM 6 - PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE / ITEM 7 - RELATÓRIO QUADRIMESTRAL / ITEM 8 - APRESENTAÇÃO DO RECURSO TRANSPORTE SANITÁRIO / ITEM 9 - ASSUNTOS GERAIS
2019	29/10/2019	9	284	14h	UAB POLO LAPA	ORDINÁRIA	ITEM 1 - APROVAÇÃO DA PAUTA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA, APROVAÇÃO DA ATA ANTERIOR / ITEM 2 - INFORMES DA MESA DIRETORA (OF. EXPEDIDOS, RECEBIDOS) / ITEM 3 - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO/INFORMAÇÃO - AGENDA DE NOVEMBRO / ITEM 4 - COMISSÃO DE ACESSO DO SUS / ITEM 5 - COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE CONTAS / ITEM 6 - APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DO CAIC / ITEM 7 - DEVOLUÇÃO DO RECURSO DO BAIXO DA LAPA / ITEM 8 - DEVOLUÇÃO DO RECURSO DO CAIC / ITEM 9 - ASSUNTOS GERAIS
2019	25/11/2019	10	285	14h	UAB POLO LAPA	ORDINÁRIA	ITEM 1 - APROVAÇÃO DA PAUTA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA, APROVAÇÃO DA ATA ANTERIOR / ITEM 2 - INFORMES DA MESA DIRETORA (OF. EXPEDIDOS, RECEBIDOS) / ITEM 3 - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO/INFORMAÇÃO - AGENDA DE DEZEMBRO / ITEM 4 - COMISSÃO DE ACESSO DO SUS / ITEM 5 - COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE CONTAS / ITEM 6 - APRESENTAÇÃO DO PLANO OPERATIVO REFERENTE A PARTICIPAÇÃO COMPLEMENTAR DE RECURSOS HUMANOS NO SUS - LAPA / ITEM 7 - APRESENTAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE - PAS 2020 / ITEM 8 - APRESENTAÇÃO DO PROTOCOLO DE ATENDIMENTO DA CLÍNICA DE TERAPIAS ESPECIALIZADAS REFERENTE AO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA / ITEM 9 - DEVOLUÇÃO DO RECURSO PARA AQUISIÇÃO DO CASTROMÓVEL / ITEM 10 - REMANEJAMENTO DE EQUIPAMENTOS DAS USBS / ITEM 11 - ASSUNTOS GERAIS
2019	16/12/2019	11	286	14h	CRÉAS	ORDINÁRIA	ITEM 1 - APROVAÇÃO DA PAUTA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA, APROVAÇÃO DA ATA ANTERIOR / ITEM 2 - INFORMES DA MESA DIRETORA (OF. EXPEDIDOS, RECEBIDOS) / ITEM 3 - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO/INFORMAÇÃO - AGENDA DE JANEIRO / ITEM 4 - COMISSÃO DE ACESSO DO SUS / ITEM 5 - COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE CONTAS / ITEM 6 - DATAS DAS CAPACITAÇÕES PARA OS CONSELHEIROS / ITEM 7 - OFÍCIO nº 194/2019 DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE / ITEM 8 - ASSUNTOS GERAIS